



## **Saberes Tradicionais e Conhecimentos Científicos: Discussões Teóricas Acerca das Aproximações Realizadas por Mulheres Indígenas em Busca de Formação Superior<sup>1</sup>**

Ildete Freitas OLIVEIRA<sup>2</sup>

### **Resumo**

Apresentamos uma revisão de literatura e análise de conteúdo. Para essa tarefa, utilizamos textos de autores que versam sobre a temática aqui proposta. Através da pesquisa bibliográfica em sua concepção ampla, realizamos a pré-análise, análise e coleta de dados das obras consultadas. Nesse sentido, buscamos discutir as influências dos saberes tradicionais indígenas, em consonância com os conhecimentos científicos advindos da inserção de mulheres indígenas no universo acadêmico e suas consequências na constituição do papel feminino frente aos seus grupos comunitários e a outros espaços e sujeitos não-indígenas. Dados históricos acerca da constituição das organizações de mulheres indígenas, especificamente no estado do Amazonas, que são os primeiros a se formarem, e a sinalização da necessidade de se organizarem política e socialmente, bem como discussões sobre o valor científico-cultural dos saberes tradicionais, são abordados nesse trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres indígenas e educação formal; politização indígena; Saberes tradicionais indígenas.

### **NOTAS INTRODUTÓRIAS**

O lugar da docência superior em uma região de fronteira (entendida no seu sentido amplo: fronteira geopolítica, linguística, cultural, social, identitária, simbólica entre outras) (González Rosas, 2018), na Amazônia profunda (Silva, 2013), numa porção territorial brasileira de maior concentração de povos autóctones, e de grande

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT4 - A produção científica acadêmica e o uso de fontes orais: oralidades e memórias na Pan-amazônia do III Sisicultura.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM, Professora da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, Membro dos Grupos de Pesquisa Questão Social e Serviço Social no Estado do Amazonas (UFAM) e Estudos e Pesquisas em Educação Escolar Indígena e Etnografia (UEA). E-mail: [profa.ildete.uea@gmail.com](mailto:profa.ildete.uea@gmail.com)



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



efervescência cultural, é a mola propulsora para a proposição desse texto. Esse lugar, promove encontros entre a tradição cultural de diferentes povos nativos e conhecimentos e vivências que muito diferem da primícia apontada.

As questões postuladas até aqui, nos levam a refletir teoricamente o início de uma pesquisa de doutorado que pensa e investiga a cultura e a sociedade amazônica, em um ângulo muito específico: a mulher indígena e sua inserção na universidade, e as consequências do encontro entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos para suas vivências imediatas. Em consonância com essa qualificação, formamos pessoas em nível superior, atividade que nos traz uma responsabilidade ímpar. Mais ainda, quando algumas dessas pessoas que adentram a universidade, vem de tradições culturais aonde, os conhecimentos se constroem de forma adversa do universo que estas buscam na academia.

A linguagem, os métodos, as ciências, dentre alguns elementos que compõem a agenda acadêmica, se corporificam em instrumentos que estabelecem aquilo que, na sociedade não-indígena representa poder. É um estatuto da ciência e do tipo de conhecimento que se impõe como o mais desejado, por possuir *status* hegemônico. Incluindo nesta busca, as populações tradicionais, entre estas os povos indígenas.

Nesse cenário complexo, do ponto de vista das relações interculturais, desponta Tabatinga, cidade polo da região do Alto Solimões, no estado do Amazonas. Espaço territorial e simbólico, aonde surgem nossas inquietações acerca do objeto de pesquisa aqui apresentado. De forma estratégica, esse município, faz fronteira com Santa Rosa, distrito do departamento de Loreto no Peru, e da cidade colombiana de Letícia, capital do departamento do Amazonas. E compõe com outras oito cidades menores, a região brasileira do Alto Solimões.



Figura: 01. Localização da região do Alto Solimões  
Fonte: Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia -NESAM/UEA, 2017

Em toda essa região, há séculos, habitam diferentes povos indígenas: Tikuna, Kokama, Kambeba, Kaixana entre outros, que sucumbiram ao poderio do colonizador (FERRARINI, 2013). Tabatinga, se emancipa no século XX, mais precisamente no ano de 1983. Embora, desde o século XVII, sua existência já figurasse nas observações dos viajantes (expedições que ocorriam pela região da Pan-Amazônia), como um aldeamento promovido por padres jesuítas (Ataíde, 2015). Só em um passado recente, a essa localidade é conferido o título de município e consequentemente, a condição de polo regional e, por essa razão, tem do estado, a entrada de agências estatais e a promoção do seu desenvolvimento econômico e social. Lógica comum adotada na estrutura das cidades brasileiras.

Uma dessas agências de estado, que passam a compor os serviços oferecidos por esse ente à essa população interiorana, está a Universidade do Estado do Amazonas-UEA, que passa a existir a partir do ano de 2003, nessa localidade. Esse espaço desde então, passa a oferecer para esta cidade e para toda a região do Alto Solimões, cursos presenciais em cinco licenciaturas. E nos anos seguintes, alguns poucos cursos tecnológicos e de bacharelado. Assim, a população local passa a contar com a oportunidade de cursos superiores, e entre ela, os povos indígenas, homens e mulheres passam a entrar anualmente nesses cursos. Através da política de acesso ao ensino



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



superior, alguns irão entrar pelas cotas para indígenas e tantos outros por acesso universal.

É importante destacar que, essa nova realidade educacional para os povos indígenas, tem na constituição federal de 1988, seu importante marco. Uma vez que, direitos sociais são garantidos a esses povos, entre eles, o acesso à escolas voltadas para um atendimento diferenciado, específico e bilíngue (artigos 78 e 79 da LDBEN 9394/96). Esse fato histórico, desencadeia ao longo dos anos seguintes, a expansão da educação escolar nas comunidades indígenas. Conseqüentemente, surgem novos desafios para essas populações, que passam a reivindicar a continuidade dos estudos, após a conclusão da educação básica.

Esse movimento educacional, está associado a um projeto que busque articular a escola e a comunidade, sendo capaz de fomentar a luta por emprego, sem perder de vista o todo coletivo, o que justifica o reconhecimento de territórios tradicionais e a ocupação destes pelos indígenas. Se a partir da legislação vigente, a proposta é um movimento entre escola e comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, o que pensar sobre a universidade? É indelével a necessidade de um espaço de formação superior que dialogue com a cultura e saberes daqueles que o buscam para sua emancipação social. E quanto à mulher indígena?

Dessa maneira, trazemos reflexões sobre o lugar que, essa mulher indígena ocupa socialmente na atualidade. A partir de uma perspectiva que considere a universidade como espaço de ampliação e aquisição de novos conhecimentos e a relação destes com os saberes tradicionais, advindos das diferentes culturas indígenas, que adentram esse espaço. E as conseqüências desse encontro para a participação política dessas mulheres em seus espaços imediatos, bem como em espaços constituídos pela necessidade de interlocução com instâncias de poder que podem estar em lugares outros, que não a própria comunidade indígena. Entendendo que, a obtenção do conhecimento do mundo não indígena, viabiliza suas demandas num campo de interesses e universos simbólicos distintos.



Para a construção desse texto, realizamos encaminhamentos teórico-metodológicos, através da pesquisa bibliográfica, entendida no seu sentido pleno, passando pela pré-análise e análise das obras e coleta de dados.

## ASPECTOS TEÓRICOS

### A constituição do feminino indígena e a sua organização política

O papel feminino e sua influência nos grupos indígenas, revela algumas especificidades importantes que, indicam diferenças significativas em relação à sociedade nacional, incluindo a questão de gênero nas suas interfaces com trabalho, poder e participação política. A categoria gênero, é entendida como a atribuição de um papel social ao homem e a mulher (GUIMARÃES, 2010, p.18). Todavia, a complexa maneira da construção cultural de gênero nos povos indígenas, ainda é, pouco estudada no tocante ao universo feminino indígena. Uma vez que, a distribuição do poder e a atribuição do papel masculino e feminino, variam segundo as regras de cada povo indígena. Para isso, é necessário mais estudos, para que haja fontes de informação sobre o tema, e uma reflexão sobre a situação da mulher indígena, especificamente na Amazônia.

Em acréscimo a essa pequena discussão sobre a questão de gênero, (Grubits *et al*, 2005), nos esclarece ainda que, este termo também engloba as relações de poder, conhecimentos e práticas sociais. Sendo portanto, “uma construção social, um sistema de significados que se organiza nas interações e que governa o acesso ao poder e seus recursos. A cultura constrói e distingue o feminino e o masculino” (Grubits *et al*, 2005, p.7). Esse pequeno apontamento acerca de gênero, está posto, para evidenciar o enfoque pelo qual optamos nessa tessitura.

Acerca da condição de grupos sociais, como o de mulheres, e especificamente de mulheres indígenas, temos em Boaventura de Souza Santos (2008), que ao tratar do paradigma emergente, subsidia essa discussão, com sua superadora proposta, nos advertindo da necessidade de se trazer para a claridade a “sociologia das ausências”, que se tornam marginais nas tradições. Essa ferramenta conceitual, permite-nos pensar sobre o lugar da mulher ao longo da história, e assim, o encontramos em sua



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



maioria esmagadora, silenciado. E se falarmos de mulheres indígenas, perceberemos representações históricas que a traduzem em um ser hiperssexualizado (Julio, 2015) e reduzida apenas à esfera doméstica. Todavia, vivemos um tempo em que a consciência em torno do direito a diversidade, traz à cena social, o posicionamento de mulheres indígenas, em busca de educação formal. Com entrada ainda pequena na universidade, mas, que já projeta um quadro novo, quanto ao seu *status* político e social. Nesse sentido, carece de investigações que apresentem à sociedade essa nova condição histórica vivenciada por mulheres indígenas.

A mulher indígena, conforme a cultura do povo a que pertence, produz diferentes formas de influência em seu grupo social, nos aspectos econômicos, sociais, e nas questões do trabalho provocam mudanças na vida cotidiana dessas mulheres. Atualmente as mulheres indígenas, experimentam processos de crescente politização e participação no âmbito público. A oferta de educação superior pública, tem se mostrado como um caminho importante para a participação de diferentes grupos sociais na educação brasileira, e entre outros espaços que demandem conhecimentos específicos e articulação política.

Para as mulheres indígenas da Amazônia Brasileira, a sua organização para a entrada na cena social, surge a partir da década de 1990, quando estas, começam a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas. Paralelamente a este movimento da criação das associações de mulheres, encontros nacionais e internacionais são realizados, a partir da articulação de diferentes etnias. Entre as suas buscas, a reivindicação por direitos próprios a sua condição feminina, além do fortalecimento de lutas seculares dos seus povos, como o direito à terra, à educação, à saúde, entre outras. Buscas estas que, as colocam em negociação com diferentes sujeitos, e em contextos Inter étnicos (Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, 2003). Todavia, Lavrin (1985) pontua que, dinâmicas organizativas político-sociais das mulheres indígenas, já estivessem em andamento na América Latina, em décadas anteriores, ainda que, estas estivessem invisibilizadas.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Dentre as nuances do movimento indígena no Brasil, faz-se necessário destacar que as organizações femininas tem um importante papel. E é na Amazônia Brasileira que está a maior parte dessas organizações. Historicamente, é a partir da década de 1980, do século XX, que se iniciam esses grupos de mulheres em busca de direito e espaço. Destacam-se dois, os pioneiros: a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracua. As outras organizações terão seu nascedouro, então, na década seguinte, a partir de 1990 (Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, 2002).

Dentre as características que evidenciam as mulheres indígenas para uma atuação protagonista em suas associações, estão a experiência fora das suas comunidades, como por exemplo, os estudos que realizam, serem falantes de uma ou mais línguas, além da língua materna e a compreensão que possuem da sociedade nacional que auxilie, para que, seus povos se mobilizem em busca de direitos sociais (SACCHI, 2003). Como se pode perceber, as premissas pontuadas por Sacchi, corroboram com a importância do entendimento dos estudos superiores na vida das mulheres indígenas e seus significados as paramentando para sua autonomização política e social.

No movimento feminino indígena, apesar dos ganhos desse segmento desde a criação dos primeiros grupos, é importante destacar também, as restrições que este enfrenta no ato de se organizar: limitações na participação de processos de decisão, que resultam da resistência das próprias comunidades, de lideranças masculinas, do Estado e claro, da sociedade não indígena, sem contar com aspectos como recursos, capacitação entre outros. Ou seja, a oportunidade de estudar, de adentrar o mundo acadêmico é uma ferramenta singular nesse processo. Pois já existem óbices estruturais nessa busca.

Como é possível perceber, o movimento indígena brasileiro, tem na organização de suas mulheres, um importante braço, e este por sua vez, vem compreendendo a necessidade da estruturação desse espaço para a busca de suas necessidades e conseqüentemente de seu protagonismo no movimento maior. Como já exposto, o diálogo com diferentes segmentos da sociedade, se evidencia como condição básica para que o fortalecimento desse movimento aconteça. E buscar por educação,



adentrar a universidade, tem sido um caminho percorrido por mulheres indígenas para esse trabalho.

Essa reflexão, acerca da importância da entrada de indígenas na universidade, encontra em Ibarra e Souza (2016 p.112), ressonância, quando estas afirmam que “a formação acadêmica e a trajetória profissional nos moldes ocidentais constituem diferenciais para legitimar a sua inserção na esfera pública (...)”. Essa oportunidade, ainda segundo as autoras, qualificam-nas para o lugar de chefia em organizações privadas ou públicas. Uma vez que, possuir formação superior tem sido exigências dos Estados nacionais aos povos indígenas, no tempo em que vivemos.

Assim, as autoras, destacam que avanços ocorreram em relação ao papel feminino indígena, mas, reiteram o patriarcado e a colonialidade como traços ainda presentes e marcantes na estrutura dos Estados nacionais, bem como dos povos indígenas e da sociedade como um todo. Avançar no sentido de transformar esse modelo, precisa ser um desafio, não apenas de mulheres indígenas, mas, do movimento etnopolítico. E isso não é uma tarefa pequena. A educação nesse sentido, pode dentre outras frentes, ser um elemento de transformação desse quadro,

### **Saberes tradicionais: diálogos sobre sua importância científico-cultural na formação de mulheres indígenas**

Sendo um conjunto de informações, maneiras próprias de saber, fazer e criar, os saberes tradicionais, são transmitidos de forma oral entre as pessoas que compõem um determinado grupo social. Essas relações transcendem gerações, constituindo parte da cultura, práticas e costumes desses grupos humanos. E estão fortemente ligados ao meio ambiente e a biodiversidade. A existência desses saberes, ou conhecimentos tradicionais, ocorrem sem que se use de recursos metodológicos definidos pela ciência. Mas, isso não os impede de se estabelecerem, mantendo-se de forma segura e estruturada, podendo assim, fazer-se identificar a identidade das comunidades que o adquirem, por meio de processos de autodeterminação (CARVALHO e LÉLIS, 2014). E qual o lugar dos saberes tradicionais? Sua



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



importância científico-cultural vem sendo validada no meio acadêmico (Carvalho e Lélis, 2014). Contudo, de que maneira esses saberes iluminam as ações das mulheres indígenas quando estas acessam conhecimentos de cunho científico?

Segundo as reflexões e apontamentos de Almeida (2010, p. 15) “os conhecimentos tradicionais que eram pensados como “expressão cultural” estão se tornando uma categoria do direito e um instrumento político de defesa dos territórios indígenas (...)”. Se por sua vez, se campos da ciência encaram tais conhecimentos apenas como matéria prima para a elaboração científica por ela proposta, outros domínios do conhecimento tem evidenciado este saber como manutenção da vida para povos tradicionais. Assim sendo, a relevância desse saber para a formação científico cultural de mulheres indígenas, reside na condição de sua existência e na existência do seu povo.

Para Manuela Carneiro da Cunha (2007), existem profundas diferenças entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais. E isso, não é algo que o torne menor. E explica por que, enquanto o conhecimento científico, se afirma e se define, como verdade absoluta até que, um novo paradigma venha a destituí-lo, essa condição, os saberes tradicionais, aceitam que neles se acredite ou não, pois se crê local. E exemplifica: “Pode ser que, na sua terra, as pedras não tenham vida. Aqui elas crescem e estão, portanto, vivas.” (p. 78)

Mas ainda assim, para o campo do conhecimento humano que coloniza os saberes e que doravante longos períodos da história da humanidade, vem produzindo informações e conceitos hegemônicos, os saberes tradicionais são encarados como excêntricos, uma vez que, para essa visão, sendo estes saberes gestados no seio da sociedade que produz o pensamento científico ocidental, ele é apenas a base para esse pensamento. (DOMINGUES, 2016).

Portanto, sendo as mulheres nas diversas e diferentes culturas indígenas, as guardiãs dos conhecimentos ancestrais: do artesanato que resiste e expressa a identidade dos seu povos, do uso das ervas, plantas da floresta e dos diferentes biomas do Brasil, conhecedoras dos processos e rituais que trazem ao mundo novos seres humanos, e dessa forma, guardiãs dos saberes de tradição para os seus povos, estas, possuem a



capacidade de estabelecer profundas relações entre esses conhecimentos ancestrais e os novos conhecimentos adquiridos a partir dos referenciais da ciência.

### **Para não concluir...**

Na cosmologia dos povos indígenas, à mulher é atribuída a responsabilidade por cuidar e educar as crianças, sendo ainda a ela atribuída a condição de guardião da cultura e dos conhecimentos tradicionais do seu povo. À estas funções tradicionais que perpassam diferentes grupos indígenas brasileiros, desponta na contemporaneidade a busca dessas mulheres por educação formal. Os limites das comunidades são ultrapassados pelo desejo de se inserirem também no ensino superior, dando continuidade à educação básica.

Dentre as diferentes formas de conhecimento, residem os saberes tradicionais indígenas que, consistem num conjunto de informações desenvolvidos por meio da memória coletiva de um grupo e transmitidas oralmente. As relações sociais oriundas da busca pelas diferentes formas de conhecer, ou produzir conhecimentos, são atravessadas, por relações de poder, na verdade, os indivíduos todos são atravessados pelo poder, então não faz sentido restringir à análise do poder a grupos poderosos ou instituições do estado, todos os indivíduos experimentam poder.

Na proposição da temática desse estudo, acreditamos que as informações acerca da constituição política e social de mulheres indígenas a partir da sua inserção no meio acadêmico, são elementos propulsores importantes para a criação de políticas públicas que contemplem a questão da mulher indígena.

E que, possam fomentar ações para melhor condições de saúde, educação e trabalho, dessas mulheres em suas comunidades ou em outros espaços que se façam necessários. Ações inclusivas, que sejam capazes de melhorar a educação, o trabalho e a renda das indígenas. Desenvolvendo trabalhos que superem a feminização da pobreza e, principalmente, diminuam as desvantagens em que se encontram as mulheres indígenas. Desvantagens causadas pela discriminação étnicas e pelas desigualdades de gênero e de classe social.



## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Fábila R. C. de. LÉLIS, Acácia G. Santos. **Conhecimento tradicional: saberes que transcendem o conhecimento científico**. In. CAMPELLO, Livia G. B. *et al.* **Direito ambiental III**. João Pessoa/Paraíba. Conpedi, 2014.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **A história das ciências e os saberes na Amazônia: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro; São Luís: Casa 8. 2016.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **Encontro de civilizações - Alto Solimões e as origens de Tabatinga**. Manaus: Editora Valer, 2013.

GONZÁLEZ ROSAS, Arturo Manuel. **Sobre las formas Tikuna de habitar la región transfronteriza em esta parte de la Amazonia**. In: Cátedra IMANI – Encuentros entre la Amazonia, América y Europa: fronteras sin muros ni hegemonias. Universidade Nacional de Colômbia-UNAL, sede Amazonia, 2018.

GUIMARÃES, Maria da Glória. **Vida familiar e profissional: desafio e perspectivas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

GRUBITS, Sônia. & cols. **Mulheres indígenas: poder e tradição**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2005.

IBARRA, E. Del S. R. SOUZA, L. V. de S. **Mulheres Ticuna: gênero e política na Amazônia**. Amazônia, Rev. Antropologia. (Online) 8 (1): 90 - 117, 2016.

JULIO, Suelen Siqueira. **Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

LAVRIN, As. 1985:384. **Las mujeres latinoamericanas: perspectivas históricas**. México: Fondo de Cultura Económica.

**Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira**. 2002. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

**Relatório do II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira**. 2003. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

SACCHI, Ângela. **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas**. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 7, vol. 14 (1 e 2), 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.



III Seminário Internacional em  
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



---

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2013.